

Ata da 236ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 04 a 07 de fevereiro de 2021, Gestão 2020-2023 -  
*Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.*

1 Nos dias quatro a sete de fevereiro de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de  
2 videoconferência (Plataforma Teams), as conselheiras constantes da lista de presença em  
3 termo próprio, para participarem da 236ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, conforme  
4 convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 01/21, de 14 de janeiro de 2021.  
5 Estiveram presentes em todos os dias e horários à reunião as(o) seguintes conselheiras(o):  
6 Maria Elizabeth Santana Borges (Conselheira presidente); Maria Rocha (Conselheira vice-  
7 presidente); Dácia Teles (Conselheira 1ª secretária); Kelly Melatti (Conselheira 1ª tesoureira);  
8 Francieli Borsato (Conselheira 2ª tesoureira); Lylia Rojas (Membra do Conselho Fiscal);  
9 Alessandra Dias (Membra do Conselho Fiscal); Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente);  
10 Carla Pereira (Conselheira 2ª Suplente); Dilma Franclin (Conselheira 5ª Suplente); Emilly  
11 Tenório (Conselheira 6ª Suplente); Ruth Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); e Eunice  
12 Damasceno (Conselheira 8ª Suplente). Participaram sem prejuízo nos demais dias de Pleno,  
13 mas com faltas justificadas, conforme seguem descritas por dia de evento as/os seguintes  
14 conselheiras/o: no dia 04 (quinta-feira) por representação externa ao Cfess, Priscilla Cordeiro  
15 (Membra do Conselho Fiscal) e Agnaldo Knevez (Conselheiro 4º Suplente); no dia 05 (sexta-  
16 feira): Agnaldo Knevez (Conselheiro 4º Suplente) devido ao vínculo de trabalho, Daniela  
17 Möller (Conselheira 2ª secretária) por situação de saúde; e Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª  
18 Suplente) por situação familiar; no dia 06 (sábado) por compromisso de atividade política  
19 externa ao Cfess, previamente agendada, Mauricléia Soares dos Santos (Conselheira 3ª  
20 Suplente). Também participaram do encontro de modo alternado, conforme as pautas:  
21 assessorias especiais Cristina Abreu e Zenite Bogeia; assessorias jurídicas Érika Medeiros,  
22 Sylvia Terra e Vitor Alencar; assessoria de comunicação: Diogo Adjuto; e a trabalhadora  
23 Sandra Sempé. No dia quatro de fevereiro, a partir das dezenove horas e quinze minutos  
24 (19h15min), os trabalhos foram abertos pela Presidenta que destacou o fato de ser o primeiro  
25 Pleno de 2021, que se apresenta como mais um ano que exigirá trabalho intenso da entidade  
26 frente à continuidade da crise sanitária, social, econômica e política no país. Como  
27 decorrência merecerá atenção do coletivo a organização das ações prioritárias apontadas no  
28 planejamento/ plano de metas construído pela gestão para o ano corrente. Logo após, a pauta  
29 foi lida e aprovada com alteração a partir do pedido da Comissão de Orientação e Fiscalização

30 de inversão com a Comissão de Formação do dia e horários de apresentação dos seus  
31 respectivos assuntos. Outro ponto registrado foi a solicitação da assessora jurídica Érika que  
32 em razão de disciplinas do doutoramento para que os pontos das comissões que assessora não  
33 fossem pautados nesse dia da semana. Na sequencia, foram definidas as coordenações e  
34 relatorias por dia de reunião. Na sequencia, a presidenta iniciou a discussão do texto sobre  
35 Supervisão de Estágio que foi seguido de debate conjuntural sobre a matéria e  
36 encaminhamentos no âmbito do Cfess. Cumpre registrar que o documento “*Supervisão de*  
37 *Estágio em Tempo de Pandemia: Orientações para Serviços de Fiscalização e Coordenações*  
38 *de Estágio*”, fruto de discussões que vem ocorrendo na gestão desde março/2020 em função  
39 da suspensão das atividades acadêmicas presenciais, incluindo o estágio supervisionado e que  
40 tem gerado inúmeras consultas ao Cfess e aos Regionais acerca do posicionamento das  
41 entidades sobre a supervisão de estágio na modalidade do ensino remoto emergencial (ERE).  
42 Esse documento foi aprimorado a partir de discussões internas e diálogos com parceiras/os do  
43 campo acadêmico, além de dialogar com as questões/ dúvidas apresentadas ao longo desse  
44 período, advindas de estudantes (na grande maioria), mas também dos Cress, coordenações de  
45 estágio e instituições campo de estágio. Em relação ao documento, são destacados os  
46 principais pontos: i) não flexibilização dos princípios que balizam a compreensão da  
47 atribuição profissional de supervisão de estágio; ii) o caráter dialógico da supervisão que  
48 envolve a supervisão acadêmica, de campo e estudantes; iii) as atribuições diferenciadas de  
49 cada sujeito, demarcando explicitamente as competências e limites das entidades de  
50 fiscalização; iv) o reconhecimento de que o ensino remoto, instituído no momento, tem o  
51 caráter de excepcionalidade e, como tal deve ser tratado; v) a reafirmação do posicionamento  
52 crítico do Conjunto Cfess/ Cress em relação à modalidade de EaD; vi) são também  
53 explicitadas as responsabilidades de supervisores acadêmicos, de campo e das coordenações  
54 de estágio, previstas nas normativas existentes que determinam a verificação das reais  
55 condições de realização do estágio, verificação que deve se manter, considerando-se,  
56 entretanto, a excepcionalidade do momento; vii) tais decisões em relação à viabilidade de  
57 realização dos estágios vai implicar no exercício da autonomia profissional, na leitura da  
58 realidade concreta de forma a permitir manejo na organização das atividades referentes à  
59 supervisão de estágio por parte de assistentes sociais; viii) a imprescindibilidade de  
60 elaboração coletiva dos planos de estágio, como um componente central na organização do  
61 processo de estágio supervisionado, contemplando o registro das condições, limites e  
62 adequações determinadas pelas atuais circunstâncias. Após apresentação foi aberta a  
63 discussão, sendo o documento acatado, avaliado como de grande relevância, sendo destacado

64 o processo de elaboração e o resultado exitoso tanto na forma de redação quanto ao conteúdo.  
65 Destaca-se a sua importância enquanto um documento de caráter reflexivo, mas também  
66 como um documento norteador das ações profissionais, que inclusive, extrapola o âmbito da  
67 supervisão de estágio, podendo subsidiar o trabalho de assistentes sociais nas diferentes áreas  
68 na medida em que está posta centralmente a reflexão sobre autonomia profissional em  
69 determinada direção ético-política-profissional. Foi ponderado pela assessoria jurídica quanto  
70 à necessidade de ser elaborada uma Resolução do Cfess para determinar a suspensão de  
71 prazos previstos na Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008 até que as condições  
72 sanitárias permitam o retorno das atividades presenciais (a exemplo do que foi feito em  
73 relação à suspensão dos prazos dos processos éticos em tramitação nos Cress e no Cfess).  
74 Tendo em vista a parceria histórica com a Abepss e principalmente pelo conteúdo, a síntese  
75 do documento será apresentada previamente em reunião já agendada entre as entidades para o  
76 dia 18/2. Por fim, quanto ao prazo de 30 dias estabelecido na Resolução 533 para envio de  
77 comunicação pelas IES aos Cress em relação aos campos de estágio e respectivos estudantes e  
78 supervisoras/ES, após ampla discussão foi destacado quanto a necessidade de se repensar esse  
79 prazo, de modo a adequá-lo à realidade das IES e também possibilitar que os Cress trabalhem  
80 com mais segurança na aplicação das normativas do Cfess. Encaminhamentos: 1. Proceder a  
81 expedição de Resolução com a decisão por consenso quanto a suspensão de prazos e  
82 aplicação de multas (previsões estabelecidas nas Resoluções Cfess 533 e 568) com efeito  
83 retroativo a março/20 – responsável: Érika; 2. Apresentar o documento na reunião com a  
84 Abepss em 18/02 - responsável: Ruth/ coord. comissão de formação; 3. Realizar revisão do  
85 documento e encaminhar para diagramação (externa) com definição de plano de divulgação  
86 do documento pela Comunicação - responsável: Assessoria de comunicação; 4. Realizar  
87 estudo quanto a necessidade de ampliação do prazo de 30 dias, disposto na Resolução 533,  
88 para que as IES informem aos Cress os dados sobre os campos de estágio - responsável: Cofi  
89 e Comissão de formação. A reunião foi encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos  
90 (21h30min). Na tarde do dia cinco de fevereiro, o Pleno foi reiniciado sob a coordenação da  
91 conselheira Maria Rocha às quatorze horas (14h) que iniciou com o momento dos informes.  
92 Sobre a mesa acerca do “Movimento Estudantil e Formação Profissional: Em defesa da  
93 formação profissional em Serviço Social - a articulação com as entidades do Conjunto  
94 CFESS/CRESS” no dia vinte e nove de janeiro às dezesseis horas que ocorreu no evento  
95 Coress Extraordinário da Região 3 da Enesso (AL/BA/SE), foi informado que havia

96 indicativo inicial sobre a indisponibilidade de agenda (Ofício Cfess 32/21), no entanto, a  
97 conselheira Beth enviou um texto de saudação, que foi lido pela coordenadora da mesa  
98 representante da Enesso. Também foram trazidos informes do Fórum dos Conselhos de  
99 Profissões Regulamentadas (Conselhão), que a atual gestão do Cfess participou somente de  
100 uma reunião em maio/2020. Após amplo debate acerca da natureza desse espaço e as trocas  
101 que possibilita foi encaminhado que o Cfess retome a participação das reuniões desse Fórum,  
102 inclusive com solicitação de ingresso num grupo no *Whatsapp* onde tem sido realizada troca  
103 de informações e atualizações acerca do “Conselhão”. Será formalizado que a representação  
104 do Cfess nesse espaço será realizada por Beth Borges, Maria Rocha e Vitor Alencar, cujos  
105 nomes foram encaminhados em 03/02/2021 por meio de ofício. Encaminhamentos: O Cfess  
106 retomará a participação regular nesse Fórum. Haverá reunião em 23/02 e contará com a  
107 representação do assessor jurídico Vitor Alencar. Logo após, a conselheira Elaine Pelaez  
108 trouxe alguns informes: 1) Ela foi convidada para ser coautora em artigo/capítulo “O Sistema  
109 Único de Saúde no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, Covid-19”, integrante  
110 do livro “A pandemia do novo coronavírus, Covid-19: trabalho, serviço social e saúde do/a  
111 trabalhador/a”, a ser lançado em 2021, como resultado da participação em curso de extensão  
112 no qual representou o CFESS em 2020; 2) Disse que as reuniões da Mesa Diretora do  
113 Conselho Nacional de Saúde (MD/CNS) passaram a ocorrer de forma híbrida, os encontros  
114 são quinzenais e alternam entre presencial e por meio de plataformas virtuais na sede do CNS  
115 em Brasília, sendo possível a participação remota das/os membras/os que assim desejarem.  
116 Por fim, ela informou que participou de reuniões de forma remota nos meses de  
117 dezembro/2020 e janeiro/2021, mas que em fevereiro pretende participar presencialmente,  
118 pois a reunião ocorrerá extraordinariamente na Fiocruz do Rio de Janeiro, sendo certo que  
119 seguirá todas as recomendações sanitárias. Na sequência, as conselheiras Ruth Bittencourt, e  
120 Lylia Rojas e a assessora especial Cristina Abreu do Grupo de Trabalho para organização do  
121 Congresso Brasileira de Assistentes Sociais (GT CBAS) informaram quanto as trocas  
122 efetuadas por meio eletrônico por parte do Cfess. Foi dito que a Comissão Organizadora é  
123 representada por quatro entidades: Cfess, Abepss, Enesso e o Cress do Estado que sediará o  
124 evento, dentre estas, a ABEPSS responde oficialmente pela conta bancária do evento. Foi  
125 explicado que o CBAS é autofinanciado, mas que em edições anteriores a 2019 era  
126 superavitário, no entanto, nesse último Congresso, as inscrições não pagaram os custos, sendo  
127 necessário usar o valor reserva da conta. Há duas situações que podem ter influenciado nesse  
128 balanço financeiro, pois o valor da inscrição foi mantido e o tamanho do evento ampliado  
129 para buscar abranger mais participantes, no entanto, observou-se que a estratégia não garantiu

130 o aumento de participantes, que comparado as edições anteriores não atingiu o impacto  
131 esperado, mas cabe ressaltar que o CBAS é um espaço de disputa de projetos da profissão,  
132 ainda que para grande parcela da categoria se constitua espaço de formação. Essas duas  
133 questões devem ser o norte da estrutura para se pensar o próximo CBAS. Encaminhamentos:  
134 1) Formalizar a Comissão Organizadora; 2) Reunião com a ABEPSS, em dia 18/02  
135 (representantes do Cfess e da Abepss) para avaliação do último CBAS, considerando aspectos  
136 relacionados ao planejamento do evento tais como: os estados que podem comportar o evento;  
137 a empresa a ser contratada, articulação com outros espaços parceiros - universidades; malha  
138 aviária, rede hoteleira; número de participantes dentre outros. Logo após foi iniciado o ponto  
139 do CONSELHO FISCAL que tratou da aprovação do balancete de dezembro de 2020 e da  
140 primeira reformulação orçamentária do CFESS para o exercício de 2021, cujas análises e  
141 proposições foram aprovadas pelo Conselho Pleno. Encaminhamentos: 1) Analisar e orientar  
142 quanto ao papel do Conselho Fiscal na sua relação com os Cress a partir da nova orientação  
143 de prestação de contas do TCU; 2) Discutir a relação que será estabelecida entre a Comissão  
144 Especial e o Conselho fiscal, considerando a mudança da configuração de prestação de  
145 contas; e 3) Estabelecer orientação formal aos Cress sobre o papel do Conselho Fiscal e de  
146 suas funções. Na sequência, foi iniciada a COMISSÃO DE ADMINISTRATIVO  
147 FINANCEIRO. O primeiro ponto tratou da 1) Composição do GT Nacional de Procedimentos  
148 de Inscrição – no eixo Adm-fin, tema 9 (nove), há a deliberação: “*Dar continuidade ao GT*  
149 *Nacional de Procedimentos de Inscrição, com participação dos conselheiros/as e*  
150 *funcionários/as dos Cress por Região e o Cfess, para a revisão de todo o processo de registro*  
151 *(pessoa física, jurídica e responsável técnico), considerando a necessidade de unidade dos*  
152 *fluxos e procedimentos, bem como as realidades objetivas de cada Cress”*. Em 2020, na  
153 comissão Adm-Fin foi definido o adiamento do início dos trabalhos do GT Inscrição devido a  
154 pandemia e a natureza da tarefa, no entanto, dado o tempo transposto, há a necessidade de  
155 retomar os trabalhos, pois há muitas demandas para serem tratadas, com isso, foi definida a  
156 representação do Cfess que contará com membras das comissões Adm-Fin (Dácia e Kelly),  
157 Formação Profissional (será definido em 10/02 quando haverá reunião) e da Orientação e  
158 Fiscalização (Maria). Também foi recuperado os Regionais que também comporão esse GT:  
159 Região Norte – Cress 15ª Região – Amazonas; 2) Região Nordeste – Cress 5ª Região – Bahia;  
160 3) Região Centro-Oeste – Cress 20ª Região – Mato Grosso; 4) Região Sudeste – Cress 9ª  
161 Região – São Paulo; 5) Região Sul – CRESS 12ª Região – Santa Catarina. Encaminhamento:

162 Enviar ofício aos Cress para solicitar indicação dos representantes que comporão o GT  
163 (responsável: Sandra). O ponto seguinte se referiu a Avaliação da Resolução CFESS 942/20  
164 que, em caráter excepcional, para o exercício 2020, autorizou a extensão de prazos para o  
165 pagamento das anuidades de pessoa física e de pessoa jurídica devido a pandemia. O assessor  
166 contábil Vilmar informou que foi realizado acompanhamento mensal da evolução das receitas  
167 e despesas dos Cress e que o balancete de dezembro mostrou que, embora alguns Regionais  
168 tenham arrecadado um valor menor em comparação ao ano de 2019, a maioria manteve ou  
169 aumentou a receita. Desse modo, é necessário decidir se haverá prorrogação dos prazos  
170 também em 2021. Encaminhamentos: Enviar ofício de consulta aos Cress sobre os impactos  
171 da resolução 942 ao longo do exercício de 2020 para subsidiar junto com as informações uma  
172 decisão no pleno de março (Kelly e Antônio). Outro ponto que também foi avaliado é se a  
173 retirada de juros e multas se dará por meio de requerimento, pois isso impacta na geração de  
174 boletos para o pagamento por parte da categoria. Foram dados informes quanto a retomada  
175 dos trabalhos da Pesquisa Perfil profissional e que houve no dia 02/02 reunião com as  
176 professoras convidadas para analisar os dados estatísticos levantados. Cumpre registrar que  
177 Ivanete Boschetti, Joaquina Barata, Rachel Raichellis e Rosa Predes integraram a comissão de  
178 concepção da pesquisa, assim, a comissão atual recorreu àquele grupo para finalizar as  
179 análises e entregar o relatório para a categoria. Nessa reunião, estiveram representando o  
180 Cfess as conselheiras Kelly, Dácia, Ruth e Beth e também contou com a participação na  
181 reunião das assessoras Adriane e Cristina. Também foram trazidas informações quanto ao  
182 Sistema voto online: 1) O edital para a 2ª convocação das eleições extraordinária da Seccional  
183 Campinas/CRESS-SP foi publicado; 2) Uma nova empresa responsável pelo voto online foi  
184 contratada por meio de processo de licitação, uma vez que o contrato anterior encerrou; 3) A  
185 divulgação das informações sobre as eleições eram realizadas em um site desenvolvido pela  
186 empresa Scytl, cujo contrato da prestação de serviços finalizou, por isso, foi feito pelo Cfess  
187 uma solicitação para a empresa ceder esse domínio e uso. Encaminhamentos: Indicativo da  
188 Adm-Fin de inserir nos próximos contratos celebrados, o direito do Cfess receber os sistemas  
189 desenvolvidos como parte da prestação de serviços, definir as consequências e limitação dos  
190 custos para se resguardar em caso de ocorrer intercorrências, como por exemplo, o processo  
191 eleitoral não acontecer. Por fim, foi apresentada MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº 04/21  
192 pelo assessor jurídico Vitor Alencar referente a pedido de isenção dos valores das anuidades  
193 de 2018 e 2019 (proporcional) indeferido pelo CRESS/MG, com isso, foi apresentado  
194 RECURSO ADMINISTRATIVO 01/2021 ao Cfess. O caso foi analisado e acatado o parecer  
195 jurídico favorável ao provimento do recurso administrativo para isentar a assistente social das

196 anuidades devidas de 2018 e 2019 (proporcional até 30 de abril). Como parte do debate, foi  
197 identificada a necessidade de melhoria da normativa que orienta quanto às solicitações de  
198 isenção e interrupção, logo, deverá ser apreciada pelo GT Nacional de Inscrição.  
199 Encaminhamento: Enviar ofício ao Cress e para a profissional com a cópia da Manifestação  
200 jurídica (Ester). A COMISSÃO DE FORMAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
201 iniciou com apresentação da prestação de contas realizada pela Abepss referente ao Termo de  
202 Fomento Cfess n. 04/2019, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que dada a  
203 conformidade foi aprovada pelo Pleno. Encaminhamento: Formalizar para a entidade que a  
204 prestação de contas foi aprovada e que o Termo de Fomento Cfess n. 04/2019 foi encerrado  
205 (responsável: Cristina). Ainda sobre a Abepss foi informado que haverá reunião no dia 18/02,  
206 às 16h, para tratar das relações institucionais entre as entidades, como a regionalização da  
207 discussão do Fórum e a organização do CBAS dentre outros assuntos. Também foi falado que  
208 há previsão de se realizar no mês de março a segunda reunião com as Comissões de Formação  
209 dos Regionais. Por fim, foi trazido que a Comissão Ampliada de Relações Internacionais se  
210 reunirá no dia 24/02, quando estabelecerá o cronograma de reuniões para o ano de 2021 e  
211 planejará a retomada de levantamento da documentação que resgata a inserção do Cfess no  
212 cenário internacional que foi iniciado pela ex-conselheira Tânia Diniz. Com isso, o Pleno foi  
213 encerrado às dezoito horas (18h). Na manhã de sábado, dia 06/02, o Pleno foi retomado às  
214 nove horas (09h) sob a coordenação de Priscilla Cordeiro. A sessão foi aberta com a  
215 DIRETORIA EXECUTIVA que iniciou com pontos trazidos pela Presidência. Assim, Beth  
216 Borges falou do calendário e do edital do processo eleitoral de Campinas, contidos na  
217 Manifestação Jurídica nº 100/2020-V, que foi apreciada no dia anterior, conforme prévio  
218 registro. Foi dito pela Presidenta da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Ruth Bittencourt,  
219 que a Comissão Regional Eleitoral (CRE) – SP enviou ofício ao Cfess onde informou que  
220 dentro do prazo estabelecido no calendário eleitoral não houve inscrição de chapas para  
221 concorrer às eleições. Diante disso, o assessor jurídico Vitor explicou que este ciclo está  
222 encerrado de acordo com a Resolução vigente e cabe à gestão do Cfess reiniciar uma nova  
223 convocação. As implicações desse processo foram amplamente debatidas, considerando tanto  
224 os aspectos políticos quanto administrativos, também foram informadas as iniciativas do  
225 Cress/SP para mobilizar a categoria para o pleito, considerando a votação *online*, *ausência de*  
226 *quórum* e dificuldade para a formação/recomposição de chapa. Encaminhamentos: 1)  
227 Necessidade de retomar a discussão sobre o papel das Seccionais em geral; 2) Conversa

228 política com a direção do Cress SP sobre este processo eleitoral (Responsável: Beth). Na  
229 sequencia foi tratada a Composição da Comissão Permanente do Trabalho (CPT) que  
230 atualmente é composta pelas conselheiras Dácia Teles, Mauricléia Soares e Elizabeth Borges,  
231 esta última informou que o grupo atuou no formato de Grupo de Gestão do Trabalho (GT) que  
232 dentre outras ações, realizou avaliação da organização do trabalho no âmbito do Cfess,  
233 quando foram ouvidos todas/os trabalhadoras/res, sendo identificada a necessidade de  
234 redefinir a estrutura administrativa como também rever e redefinir os fluxos, ou seja, o  
235 trabalho desse GT foi concluído com a realização dessas atividades e a entrega do relatório  
236 com as descrições e análises. Daí em diante, o trabalho nesse campo será conduzido pela  
237 Comissão Permanente de Trabalho. Devido à natureza e atribuições da CPT, Beth informa  
238 que não continuará na composição, pois avaliou que em alguns momentos o lugar de  
239 ordenadora de despesa restringe alguns debates. Por isso, a Plenária foi consultada sobre  
240 interesse em compor e a conselheira Daniela Möller se colocou disponível para ingressar na  
241 Comissão. Também foi informado que Diogo, Lucas e Sandra fazem parte da CPT como  
242 representantes das/dos trabalhadoras/res, eles se reunirão em março para discutir essa  
243 representação e informarão se permanecem ou se haverá alteração. Encaminhamento: Expedir  
244 Portaria com a nova composição da CPT tão logo todas as representações estejam indicadas  
245 (responsável: Sandra). Na sequencia, Sandra falou dos convites recebidos desde janeiro/21;  
246 informou que a maioria dos encaminhamentos decorrente deles foi feito através de trocas no  
247 e-mail, o que possibilitou as respostas enviadas pelo Cfess: 1) Reunião virtual, para tratar das  
248 condições de trabalho das/os assistentes sociais que atuam no Tribunal de Justiça de Minas  
249 Gerais/TJMG, realizada em 26/1, com participação da conselheira Carla Pereira; 2) Região 3  
250 da Enesso para o Coress (virtual), para compor a mesa “Em defesa da formação profissional  
251 em Serviço Social: a articulação com as entidades do Conjunto CFESS/CRESS”, realizada em  
252 29/1, diante da impossibilidade de participação devido a conflito de agenda, foi encaminhado  
253 texto sobre o tema, elaborado pela conselheira Elizabeth; 3) Reunião Sistema ONU e  
254 Associações e Coletivos de Usuários e/ou Familiares do Campo da Saúde Mental, realizada  
255 em 25/1, com participação da ex-conselheira do Cfess, Régia Prado, que acompanha a  
256 temática; e 4) A Secretaria Municipal de Educação de Belém convidou para reunião virtual  
257 sobre a regulamentação da Lei nº 13.935/2019 e da implementação dos serviços de Psicologia  
258 e Serviço Social na rede pública de educação básica, no município, realizada em 29/1, com a  
259 participação da conselheira Maria. Também foram trazidos os convites que ainda não foram  
260 respondidos e que requisitam a indicação de representação do Cfess: 1) CRESS-MG convidou  
261 a conselheira Maria para Encontro Estadual da COFI para debater sobre "Os impactos e as

262 perspectivas de atuação da COFI neste cenário de trabalho mediado pelas tecnologias e do  
263 cenário pandêmico", que será realizado em 22/2. Confirmar a participação da conselheira  
264 Maria; 2) CRESS-PB convidou para a atividade “Demandas judiciais aos/as Assistentes  
265 Sociais do SUAS: reflexões e encaminhamentos”, que será em 3/3. Confirmar a participação  
266 da conselheira Priscilla; 3) CRESS-SC convidou para discutir sobre “Formulário de  
267 Avaliação de Risco (FRIDA)", sugerindo a data de 5/3. A Cofi discutiu este convite e  
268 encaminhou que cabe fazer um contato prévio com o Cress para entender melhor o contexto  
269 da demanda e após isso decidirão como responder. Encaminhamentos: 1) Responder aos  
270 CRESS MG e PB com nomes das conselheiras indicadas (responsável: Sandra); 2. Contato  
271 com a Cofi/ Cress-SC (responsável: Cristina). O ponto seguinte tratou sobre a Lei Geral de  
272 Proteção de Dados (LGPD), por isso, foi informado sobre a solicitação de informações através  
273 de formulário às unidades administrativas do Cfess, comissões e outras instâncias, cujo  
274 objetivo é a identificação dos procedimentos e de acesso a dados pessoais e a dados sensíveis.  
275 Esse levantamento norteará algumas decisões relacionadas a adoção de procedimentos  
276 necessários para o tratamento de dados, conforme as legislações (lei 13.709/2018 e lei  
277 13.853/2019). O prazo para retorno das informações é 8/2, em caso de dúvidas, foi orientado  
278 escrever para o e-mail [lgpd@cfess.org.br](mailto:lgpd@cfess.org.br). Foi refletido que há dúvidas quanto a correlação  
279 entre essa legislação e a Lei de Acesso a Informação (LAI) que institui parâmetros sobre a  
280 transparência das atividades e informações que os órgãos públicos devem disponibilizar à  
281 sociedade. Como foi identificado que algumas das áreas não contavam com responsáveis pelo  
282 preenchimento dos dados, foi definido no Pleno, conforme seguem: 1) Conselho Pleno –  
283 Francieli; 2) Comissão de metodologia das reuniões descentralizadas, da plenária  
284 Nacional/Encontro Nacional – Kelly; 3) GT dos seminários e encontros de formação  
285 organizados pelo CFESS - Assessoras especiais; 4) Diretoria Executiva – Francieli; 5)  
286 Conselho Fiscal – Lylia; 6) Comissão Especial – Francieli com apoio da Diretoria Executiva;  
287 7) Informática - Wilson e Wesley; 8) Assessoria Jurídica – as assessoras e o assessor; 9)  
288 Assessoria Contábil – Vilmar; 10) Assessoria de Comunicação - Diogo e Rafael; 11)  
289 Assessoria Especial – assessoras; 12) Assessoria de Tecnologia da Informação – Wesley; 13)  
290 Comissão ADM-FIN – Carla; 14) Comissão de orientação e fiscalização – Maria; 15)  
291 Comissão de Ética e Direitos Humanos – Kelly; 16) Comissão de Segurança – Elaine; 17)  
292 Comissão de Formação e Relações Internacionais – Ruth; 18) Comissão de Comunicação –  
293 Emily; 19) Comissão de Patrimônio - Antônio, Wilson e Maurício; 20) Comissão Nacional

294 Eleitoral - Ruth e Carla; 21) Comissão Permanente de Transparência - Carla, Rodrigo; 22)  
295 Comissão gestora do fundo nacional de apoio - Mauricleia, Priscila, Dilma e Antônio; 23)  
296 Comissão de Gestão do Trabalho/ Comissão Permanente de Trabalho - Mauricleia, Dacia e  
297 Daniela; 24) Grupo de trabalho do sistema de votação *online* - Carla, Ruth e Adriane; 25)  
298 Grupo de trabalho da emissão de DIP – Adriane, Kelly e Dácia. Com a definição de alguns  
299 dos responsáveis durante o Pleno foi indicado aumento de prazo a ser analisado pelo GT, que  
300 sugerirá uma data que não impacte o cronograma planejado. Encaminhamentos: O GT LGPD  
301 informará novo prazo para retorno das informações. Logo após, a Tesouraria iniciou com o  
302 ponto do Relatório de Gestão 2020 e foram informadas todas as providências realizadas para  
303 elaboração do relatório em conformidade com as orientações e elementos dispostos na DN  
304 187/2020 emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Também foi explicado que o  
305 atual modelo sugerido pelo TCU torna o relatório mais simplificado, mas que cada Comissão  
306 deverá preencher o formulário enviado pelo grupo responsável (Kelly, Emilly e Cristina) com  
307 solicitação dos dados que são necessários para elaborar o documento. Foram sugeridas e  
308 acatadas a data de 22/2 para retorno das informações por parte das comissões do Cfess e pelos  
309 Cress, a estrutura apresentada para o Relatório de Gestão 2020 e os formulários para coleta  
310 dos dados. Encaminhamentos: O GT enviará: 1) os formulários para as comissões do Cfess e  
311 para os Cress com todas as explicações e prazos definidos; 2) os formulários contendo os  
312 Projetos/ Atividades previstas no Plano de Ação/Metas para 2020 para cada comissão. Sobre a  
313 prestação de contas do CRESS-AM, inicialmente, foi recuperado que o recurso repassado ao  
314 Regional se deve a decisão judicial que obrigou o Cfess a pagar a remuneração da agente  
315 fiscal que foi transferida do Paraná para Amazonas, assim, o Cress realizou os pagamentos  
316 com as devidas prestações de contas e o Federal restituiu os valores e toda a documentação  
317 enviada foi analisada pela tesouraria do Cfess e se encontra em conformidade.  
318 Encaminhamento: Proceder manifestação do fiscal do contrato (responsável: Antônio). Foi  
319 apresentada a prestação de contas referente ao apoio financeiro aos Cress, que receberam  
320 repasse em 2020, assim, foi apresentada a situação de cada um destes Regionais (GO, PE e  
321 AP). Encaminhamentos: 1) Proceder a manifestação do fiscal do contrato sobre a prestação de  
322 contas recebida do Cress-GO (responsável: Antônio); 2) Acompanhar os Regionais AP e PE  
323 para envio de suas prestações de contas (Kelly e Fran). Foram aprofundadas algumas  
324 informações sobre a formalização do GT Pesquisa Cfess. Quanto as providências para  
325 continuidade/retomada da pesquisa, que inicialmente ratificou o convite para o grupo de  
326 professoras pesquisadoras definidas no início da pesquisa, assim, Ivanete Boschetti, Rosa  
327 Predes, Joaquina Barata e Raquel Raichellis confirmaram a disponibilidade em dar

328 continuidade ao trabalho de análise dos dados, no entanto Ivete Simionato não pode aceitar  
329 por força maior. Em reunião virtual, no dia 2/2, foi recuperado o histórico do que foi realizado  
330 até o momento e a sistematização de dados coletados (realizado pela empresa de estatística  
331 contratada). Também foram sinalizados alguns problemas que deverão ser considerados na  
332 análise dos dados; tais problemas se referem ao período de coleta e as interrupções, assim  
333 como em relação ao quantitativo de respondentes a ser considerado, tendo em vista que os  
334 dados foram levantados por meio da resposta à pesquisa (com questões mais abrangentes) e  
335 respostas às questões incluídas no cadastramento (mais restritas). As pesquisadoras  
336 avaliarão o material para daí elaborarem a proposta de continuidade do trabalho. Ficou  
337 definido o GT que acompanhará esse trabalho: as conselheiras Dácia, Kelly, Ruth, Elizabeth e  
338 Elaine com a assessora Adriane. Encaminhamentos: O GT assumirá as seguintes ações: 1)  
339 Envio do relatório elaborado pela empresa de estatística com a sistematização dos dados; 2)  
340 Agendamento de reunião entre o GT e as pesquisadoras ainda em fevereiro; 3) Elaborar um  
341 material com orientações para acesso aos dados que estão sistematizados em planilha excel,  
342 para ajudar as pesquisadoras no acesso aos dados; foi sugerido um vídeo “caseiro” com  
343 instruções. Sobre o relatório de gestão trimestral, foi apresentada proposta de formulário para  
344 adequação do Relatório de Gestão de 2021, que pelas novas normativas do TCU deverão ser  
345 entregues e atualizadas trimestralmente, conforme IN/ TCU 84/2020. Esse formulário busca  
346 identificar os respectivos projetos e atividades descritas no Plano de Metas para 2021,  
347 destacando as ações previstas, metas, resultados, produtos e resultados gerados. Houve debate  
348 e algumas dúvidas foram suscitadas sendo respondidas pelas conselheiras Francieli e Maria  
349 que estão responsáveis pelo acompanhamento dos procedimentos. Por fim, foi apresentada  
350 proposta de Calendário Cfess para 2021 com a indicação das datas das reuniões do Conselho  
351 Pleno. Foi sugerida a inclusão do período de realização dos Encontros Descentralizados, entre  
352 1º de julho e 1º de agosto, por isso, as datas sugeridas para o Pleno do mês de agosto foram  
353 alteradas e foi decidido que não será realizado Pleno no mês de julho. Também foi incluído o  
354 dia 17/2/21 como ponto facultativo para trabalhadoras/res do Cfess. Encaminhamentos: 1)  
355 Publicar o calendário no site do Cfess (responsável: Diogo e Rafael); 2) Dar ciência a todo o  
356 corpo do Conselho e enviar ofício para os Regionais com indicação dos Descentralizados e  
357 ratificando o encontro nacional (responsável: Sandra). Em seguida, foram apresentados os  
358 pontos de pauta da COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COFI), o primeiro  
359 a ser tratado se referiu as informações relativas às atividades da fiscalização no âmbito dos

360 Cress. Este ponto foi trazido ao debate em função de demanda recebida de um Regional que  
361 encaminha dúvidas em relação à continuidade e rotina das atividades e de processos relativos  
362 à fiscalização profissional diante da suspensão de atividades presenciais nos Cress. Por outro  
363 lado, alguns questionamentos chegaram ao Cfess, advindos de assistentes sociais que  
364 continuam trabalhando presencialmente e relatam dificuldades em estabelecer contato com os  
365 Cress, para obter orientações e apoio em determinadas situações vivenciadas nos espaços de  
366 trabalho. A maioria das dificuldades se deve às condições de trabalho, tais como requisições  
367 indevidas/incompatíveis; falta de EPIs; interferência na autonomia profissional; dúvidas sobre  
368 supervisão de estágio, dúvidas sobre trabalho remoto, etc. Tais situações ocorrem, na sua  
369 maioria, nos espaços ocupacionais da saúde e da assistência social, considerados como  
370 serviços essenciais e, portanto, seguiram em funcionamento. No âmbito do Cfess, a Comissão  
371 ponderou os vários aspectos que envolvem a questão, entendendo que, embora haja a  
372 preocupação primordial com a segurança de trabalhadores/as (mais especificamente, agentes  
373 fiscais), existem demandas da categoria que devem ser atendidas e estas, por vezes,  
374 necessitam de intervenções presenciais. Nesse sentido, se impõe a necessidade de conjugação  
375 de ações que envolvem trabalhadores/as, as gestões das entidades e a categoria. Tem-se  
376 conhecimento de que os Cress se organizaram para atender a categoria de distintos modos,  
377 muito embora não saibamos em que medida as demandas estão sendo atendidas e de que  
378 forma. As assessoras especiais relatam que diariamente recebem por e-mail do Cfess,  
379 manifestações de descontentamento da categoria que encontra dificuldades de acesso e  
380 contato com os Regionais. Em decorrência, a Comissão entendeu como pertinente a  
381 elaboração de orientações gerais a todos os Cress, tendo como ponto de partida as questões  
382 advindas do Cress que realizou a consulta e também com base nas demandas e  
383 questionamentos que são direcionados diretamente ao Cfess. O documento a ser elaborado  
384 deve ser de orientação, mas também ter cunho reflexivo e de apoio às Cofis, ponderando a  
385 excepcionalidade do momento, porém destacando as atribuições e o papel da fiscalização do  
386 exercício profissional, que por sua vez, não se resume ao trabalho de agentes fiscais, mas  
387 envolve amplamente as gestões do Conjunto. Após debate, houve consenso de que o Cfess  
388 deve elaborar o documento na direção proposta e realizar reunião virtual com as Cofis dos  
389 Cress com o propósito de estabelecer diálogo e conhecer as diferentes experiências e efetuar  
390 avaliação quanto ao alcance do trabalho de orientação e fiscalização. Encaminhamentos: 1) A  
391 Cofi discutirá a elaboração do documento conforme as indicações, em sua próxima reunião,  
392 agendada para 19/2 (responsável: Maria); 2) Encaminhar as providências para a realização de  
393 reunião com os Cress (responsável: Maria); 3) Sistematizar as demandas recebidas no Cfess

394 encaminhadas por assistentes sociais que se relacionam às condições de trabalho durante a  
395 pandemia e que buscam orientações (responsável: Cristina). Foi lido e discutido o PARECER  
396 JURÍDICO Nº 01/2021-E referente ao recurso administrativo CFESS nº 02/20 interposto pela  
397 Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), contrapondo-se à decisão do  
398 CRESS 9ª Região em razão de improcedência de pedido de impugnação de multa por esse  
399 Conselho Regional e solicitando prazo complementar para apresentação de razões. O parecer  
400 foi acatado. Encaminhamentos: 1) Remessa dos autos deste processo administrativo ao  
401 CRESS/SP, para que possa sanar a questão alegada pela recorrente e lhe encaminhar o Parecer  
402 da COFI do Regional, com os respectivos fundamentos da decisão de improcedência da  
403 impugnação da multa aplicada, restabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias, contados do  
404 recebimento da nova Notificação, para apresentação de recurso ao CFESS (responsável:  
405 Ester); 2) Enviar cópia do Parecer á recorrente PUC-Campinas (responsável: Ester). Findo  
406 esse ponto, foi iniciado o intervalo para o almoço, quando do retorno, a sessão foi retomada  
407 sob a coordenação de Carla Pereira, que abriu a fala para a COMISSÃO DE ÉTICA E  
408 DIREITOS HUMANOS (CEDH). O primeiro ponto foi sobre o projeto Ética em Movimento,  
409 a conselheira Kelly falou acerca da demanda enviada por vários Cress acerca das dificuldades  
410 encontradas no que se refere à multiplicação do curso ética em movimento, mesmo em  
411 modalidade online, no prazo inicialmente, indicado pelo Cfess que foi fevereiro/2021. De  
412 modo comum, em razão da pandemia, justificam a impossibilidade de realização das  
413 atividades presenciais e trazem outras demandas urgentes do conselho, das estruturas  
414 necessárias para oferecer um curso dessa importância em meio remoto, dentre outras  
415 questões. Com isso, o grupo de multiplicadores/as do curso realizado em 2019 se reuniu e  
416 ratificou essas informações, solicitando uma dilatação de prazo para a realização da  
417 multiplicação no ano de 2021. A CEDH discutiu e avaliou que os pontos indicados pelos  
418 Cress são relevantes, dada a permanência do estado de Pandemia, por isso, opina por acatar a  
419 reivindicação dos Cress e do grupo de agentes multiplicadores e indica que a multiplicação,  
420 excepcionalmente, poderá ocorrer 100% presencial (a critério da avaliação de cada regional) e  
421 deverá acontecer até 31/10/2021, com envio de relatório final da multiplicação até  
422 30/11/2021. Também, foi solicitada a disponibilidade dos quatro cadernos do curso em meio  
423 virtual (PDF) no site do Cfess, pois se a multiplicação acontecerá por meio de plataformas  
424 virtuais (online), essa é uma providência necessária. No âmbito da CEDH, foi feita uma  
425 avaliação positiva dessa demanda, considerando que, para além das multiplicações, o seu

426 alcance se ampliou ao longo do tempo, tendo ampla visibilidade e aceitação da categoria em  
427 vários processos formativos. Dessa forma, a iniciativa de disponibilizar em PDF no site do  
428 Cfess é interessante, sobretudo, em um ano destacado para comemorar vinte (20) anos do  
429 projeto “Ética em Movimento”. Dessa forma, a Comissão opina por essa disponibilização, no  
430 entanto, é necessário, consultar as quatro autoras, pois o contrato prevê a reserva de direitos  
431 autorais e a disponibilização desse material implica nessa providência e encaminhamentos  
432 formais devido as cláusulas dos contratos. Esses pontos têm relação direta com a realização  
433 pelo Cfess do curso para agentes multiplicadores, previsto para o segundo semestre de 2021  
434 sendo avaliado que se não tivermos as multiplicações em tempo razoável, não se torna viável  
435 a realização do curso para novos agentes multiplicadores, o que direcionou a decisão em  
436 estender o prazo, inicialmente, apenas até fevereiro/2021. No entanto, foi ponderado que não  
437 há previsão da pandemia se findar em 2021 e que o curso para agentes multiplicadores devido  
438 ao seu conteúdo, carga horária e a metodologia para desenvolver as reflexões propostas não é  
439 compatível com a modalidade virtual, por isso, a CEDH opina pelo cancelamento da edição  
440 do curso previsto para 2021, considerando todo o contexto da pandemia e a inviabilidade de  
441 realização desse curso de forma não presencial. Encaminhamentos: 1) Sobre a realização do  
442 curso Ética em Movimento para Agentes Multiplicadores por parte do Cfess: deliberado o  
443 CANCELAMENTO da edição 2021 (responsável: Kelly); 2) Sobre a dilatação do prazo para  
444 multiplicação do curso Ética em Movimento por parte dos Cress: deliberada a multiplicação  
445 ser 100% presencial (a critério da avaliação de cada regional) e que deverá acontecer até  
446 31/10/2021 com envio de relatório final da multiplicação até 30/11/2021 (responsável:  
447 Adriane); 3) Sobre a disponibilização dos cadernos do curso “Ética em movimento” (4  
448 módulos) em PDF no site do Cfess: acatado pelo Pleno com prévia consulta as autoras  
449 (responsável: Kelly); 4) Curso de especialização: sugestão de dialogar com ABEPSS para  
450 disponibilização de forma oficial dos cadernos (responsável: Ruth). Logo após, a assessora  
451 Sylvia Terra iniciou apresentação do parecer Jurídico 01/21 sobre desaforamento Cfess  
452 05/2020, cunho **SIGILOSO**, trata-se de um PEDIDO DE DESAFORAMENTO CFESS de  
453 ATO de DESAGRAVO protocolizada perante Cress, Arguição e impedimento do CRESS da  
454 11<sup>a</sup>. Região, cuja origem é o CRESS da 11<sup>a</sup>. Região. A assessora avalia que não cabe  
455 desaforamento em situações de desagravo público que em seu entendimento possui natureza  
456 de posicionamento político. Após discussão, o Pleno acatou o parecer com indeferimento do  
457 pedido de desaforamento de desagravo. Encaminhamento: Devolver ao Cress 11<sup>a</sup> Região-PR  
458 com ofício para as providências cabíveis (responsável: Ester). Na sequência, também foi  
459 apresentado o PARECER JURÍDICO N.º 02/21, cunho **SIGILOSO**, referente a PEDIDO DE

460 DESAFORAMENTO CFESS nº 05/20 de denúncia protocolizada perante Cress, arguição e  
461 impedimento do CRESS da 11ª. Região, processar e julgar a denúncia, cuja origem é o  
462 CRESS 11ª. Região. Dado o teor e argumentos, a assessora opina pelo desaforamento da  
463 denúncia por atender aos dispostos nas resoluções vigentes sobre a matéria. Por todo o  
464 exposto, o Pleno acatou o pedido e determinou o desaforamento para o Cress 12ª Região –  
465 SC. Encaminhamento: Encaminhar processo e informações quanto a decisão e providências  
466 para todas as partes, inclusive o denunciante (responsável: Ester). Por fim, foi feita a  
467 confirmação das conselheiras/o para o quórum de julgamentos de recursos éticos agendados  
468 para o dia 26/02/2021: 1) 10h, recurso 04/20, cuja origem é 1ª Região/PA sob a relatoria de  
469 Mauricleia; 2) 15h, recurso 05/20, cuja origem é 21ª Região sob a relatoria de Ruth. Os  
470 respectivos quóruns serão compostos na manhã por Beth, Mauricleia, Emilly, Elaine, Daniela  
471 e Kelly e à tarde por Maria, Ruth, Elaine, Daniela, Kelly e Mauricleia. A COMISSÃO DE  
472 COMUNICAÇÃO iniciou com o ponto relativo à agenda 2021, sendo informado que houve  
473 atraso por parte da gráfica que alegou como causa a pandemia de covid-19 (funcionários  
474 afastados devido a contaminação e problemas com a compra de insumos para fabricação do  
475 material), assim o prazo final de entrega será impactado. No entanto, foi informado que os  
476 quantitativos destinados aos CRESS do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Santa Catarina,  
477 Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins,  
478 Acre, Amapá e Roraima já foram despachados, devendo chegar até o dia 5 de fevereiro de  
479 2021. Para os demais estados, a empresa informou que a previsão de chegada é até o dia 12 de  
480 fevereiro de 2021, podendo chegar antes. Foi ressaltada a importância de começar já o debate  
481 sobre a próxima agenda, que pode estar associada a Campanha do Cfess, mas a ideia é  
482 primeiro discutir na Comissão de Comunicação. Encaminhamento: 1) A distribuição das  
483 agendas inicialmente será realizada por Mauricio e posteriormente Vitinho (12/02); 2)  
484 Distribuição de livros conforme planilha elaborada para distribuição; 3) No próximo Pleno, a  
485 Comissão trará sugestões sobre a agenda 2022 e, além da Comunicação, será necessário  
486 definir um grupo para pensar o desenvolvimento da Campanha. Foi levantado o quantitativo  
487 de livros que estão no CFESS: Kit do Ética em Movimento: 1000; Código de ética: 3000;  
488 Código de ética trilingue: 360; Combate ao racismo: 2150; Instrumento para fiscalização:  
489 500; Comunidade terapêutica: 250; Parâmetro Assistência: 200; EAD 2: 600; e EAD 1: 200.  
490 Ainda sobre os livros da Campanha do triênio Assistentes Sociais no combate ao racismo que  
491 também serão encaminhados para as convidadas que elaboraram textos para agenda e também

492 para os representantes dos movimentos sociais que participaram da programação no  
493 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 2019. Também foi dito que serão  
494 encaminhados livros da Campanha para representantes dos movimentos negros do Rio de  
495 Janeiro que apoiaram o Cfess no lançamento da Campanha em 18/11/2018, conforme acordo  
496 feito com a gestão anterior. Sendo dito pela Comissão que também serão incluídos para  
497 receber o livro da Campanha as representações que participaram do seminário nacional de  
498 direitos humanos em Salvador. Encaminhamento: 1) Aproveitar a remessa das agendas para  
499 enviar para as pessoas que também tem direito ao livro (responsável: Mauricio); 2) Contatar a  
500 gestão anterior para recuperar lista de nomes das pessoas do Movimento Negro que  
501 contribuíram com o lançamento da Campanha no Rio de Janeiro em 2018 (responsável:  
502 Dácia). Logo após foi apresentada proposta de participação do CFESS no dia 8 de março  
503 sendo dito que cabe lembrar Campanha aprovada, envolvendo as comissões CEDH e  
504 Seguridade. Que haverá participação nas reuniões das mobilizações com entidades nacionais  
505 no dia 11/02 – 17h e que haverá a elaboração de um manifesto com prazo para socialização  
506 dia 07/03 e distintas ações até 14 de março. Encaminhamentos: Carta conjunta será divulgada  
507 pelo Cfess. Por fim, foi realizado debate das demandas das comissões para produção de vídeo,  
508 cuja proposta é trabalhar com diferentes linguagens, mas é necessário considerar que há um  
509 tempo de produção, desde a criação de um roteiro até o envio para a produção pela agência.  
510 Foi apresentado, como exemplo, a produção de vídeo sobre renda básica. Encaminhamento:  
511 Comissão de Comunicação apresentará proposta para utilizar novas ferramentas para todos os  
512 perfis da categoria, produção de vídeos, textos, podcast etc. A COMISSÃO DE  
513 SEGURIDADE SOCIAL apresentou uma série de informes dos acompanhamentos e  
514 incidências realizadas: 1) Lei da Educação - realizada reunião com os CRESS no dia  
515 16/12/2021 onde foram indicadas estratégias para intensificar a articulação regional e  
516 envolvimento dos CRESS na implantação da lei: a) criação de grupo de *WhatsApp* com os  
517 CRESS, com o objetivo de ajudar na mobilização e socialização das informações; Todos os  
518 conselhos já indicaram representantes; b) Articulação regional por meio dos Fóruns de  
519 Formação e Trabalho Profissional; c) Intensificar articulação e representação das comissões  
520 Seguridade Social, COFI e Formação Profissional, com reunião conjunta das três comissões;  
521 d) Participação em atividades dos CRESS quando convidadas. Também foram realizadas duas  
522 reuniões com profissionais de referência na pauta em 2020. Estamos buscando estratégias  
523 para subsidiar a atuação na pauta e fortalecer articulações: a) planejamento com vistas a  
524 realizar novas reuniões com grupo que trabalha com o tema serviço social na educação básica,  
525 com CFESS, ABEPSS e profissionais de referência nas universidades e nas escolas,

526 estudiosos e profissionais da área; b) elaboração de nova publicação/Brochura sobre atuação  
527 de assistentes sociais na educação básica; c) acompanhamento de projetos de Lei - PLs que  
528 tratam da assistência estudantil e incidências para alterações. Também se falou sobre algumas  
529 Frentes de Ação: a) ações de mobilização com os Cress – Articulação das ações regionais; b)  
530 ações de acompanhamento da Coordenação Nacional que reúne Cfess, CFP, Abepss,  
531 Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), Federação Nacional de Psicólogos  
532 (Fenapsi), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) – Articulação  
533 com entidades municipalistas, de defesa da educação, Cress e CRPs; c) ações de articulação  
534 com profissionais de referência nas universidades e nas escolas, estudiosos e profissionais da  
535 área – Realização de levantamentos, elaboração de subsídios e debates; d) ações em  
536 articulação com a Comissão de Comunicação do Cfess. A primeira reunião da coordenação  
537 nacional acontecerá dia 09/02 em que haverá representação do Cfess. Na sequência, foram  
538 apresentados pontos sobre o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) – foram  
539 realizadas reuniões com Fenasps, Conasf, Comissão de Reabilitação, Conselho Nacional de  
540 Justiça e INSS em 2020. Ações articuladas entre COFI e Seguridade Social. Foram  
541 relacionadas algumas tarefas que vem sendo realizadas: 1) Foi publicado o documento sobre  
542 produtividade; 2) Um documento sobre avaliação da pessoa com deficiência está em fase de  
543 elaboração; 3) Um documento sobre requisições do CNJ foi apresentado pela assessora  
544 jurídica. Encaminhamentos: Enviar ao CNJ resposta elaborada e aprovada pelo Pleno com  
545 envio de cópia à Federação Nacional Sind Trab Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência  
546 Social - Fenasps e Comissão Nacional de Assistentes Sociais da Fenasps - Conasf para  
547 conhecimento. Também foram descritas algumas ações de articulação a serem intensificadas:  
548 a) reunião com os Cress sobre pauta INSS para pensar em ações nos estados e o que compete  
549 aos Regionais e como atuarmos enquanto conjunto; b) reunião com Conselho Nacional dos  
550 Direitos da Pessoa com Deficiência-Conade e Comissão de Pessoas com  
551 Deficiência/Conselho Nacional de Saúde para debater avaliação da deficiência/testagem do  
552 Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado- IFBr-M, que é um instrumento de testagem  
553 que é válido; c) reunião com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC para  
554 defesa de direitos de usuárias/os, ação de continuidade feita na gestão passada, diante da  
555 exclusão de usuários/as especialmente neste momento de pandemia; d) reunião com INSS  
556 junto com Fenasps/Conasf para reforçar posições do Cfess, foi enviado por ofício ao INSS; e)  
557 reunião entre grupo que acompanha a pauta INSS e grupo que acompanha pauta da assistência

558 para dialogar sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC/LOAS para tratar da Medida  
559 Provisória nº 1023/2020 de alteração da renda; as revisões do BPC que continuam em plena  
560 Pandemia; as restrições de acesso às plataformas digitais; pesquisa/testagem sobre o IFBr-  
561 M/avaliação da deficiência; propostas que colocam demandas administrativas do INSS para a  
562 Assistência Social; ataques que vêm sendo realizados nesse âmbito (responsáveis: Elaine,  
563 Zenite e Érika). Sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Medida Provisória/MP  
564 1023/2020 foi dito que a partir do contato com assessoria do Deputado Federal Daniel  
565 Almeida (PCdoB - BA) no qual ele questiona se o Cfess estaria acompanhando a tramitação  
566 da MP e desejaria encaminhar propostas de emenda. Na reunião da Comissão de Seguridade  
567 Social de 02/02/2021 dialogamos que emenda não seria a nossa proposta e que  
568 encaminharemos texto com o conteúdo que defendemos sobre o tema, tendo sido elaborado  
569 texto pela Comissão para evidenciar as bandeiras de luta relacionadas ao BPC, a defesa da  
570 imediata revogação desta medida e do restabelecimento dos efeitos da Lei nº 13981/2020 que  
571 altera o critério econômico de concessão do BPC. O texto foi encaminhado ao deputado em  
572 04/02/2021. Também há proposta de se pautar no Fórum Nacional de Trabalhadoras e  
573 Trabalhadores do Suas/Fntsuas, repercutir no Conselho Nacional de Assistência Social -  
574 CNAS, articular com a Fenasps, acompanhar a tramitação e realizar as articulações  
575 necessárias. Logo após, foi falado sobre o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS  
576 Fntsuas que retomou a pauta do BPC e estarão no GT de elaboração de uma nota do  
577 FNTSUAS sobre os diversos ataques ao BPC. Foi também informado que houve reunião no  
578 dia 04/02/2021 ocasião que foram debatidos o CadÚnico e o BPC/LOAS. Na sequência foram  
579 feitas análises e apresentações acerca dos princípios e direção política que vem pautando a  
580 participação do Cfess na (i) Campanha da Renda Básica; na (ii) Política de Assistência Social  
581 e CadÚnico; (iii) Pauta da vacinação (Campanha Abraça a vacina, mobilizações nacionais,  
582 reunião com os CRESS e ações futuras). Foi falado ainda sobre a reunião com os Cress no dia  
583 29/01/2021, a definição de estratégias políticas conjuntas e apoio aos movimentos sociais e  
584 demais segmentos organizados da classe trabalhadora; (iv) das eleições e defesa do Conanda  
585 em que há articulação da sociedade civil para pensar estratégias em defesa do Conselho; (v)  
586 Fortalecimento do Fórum Nacional de Direitos da Criança e Adolescente – FNDCA que tem  
587 sido avaliado como um espaço importante de articulação dessa pauta e socializou-se  
588 informações sobre a assembleia de votação da nova coordenação dia 03/02 em Encontro  
589 Nacional. Foi solicitado que cabe reavaliar o retorno do Cfess nesse Fórum como entidade  
590 associada efetiva, pois o contexto atual é distinto daquele que suscitou a saída da entidade do  
591 espaço. Inicialmente foi apontado que para o Fndca o Cfess ainda consta na condição de

592 entidade associada efetiva, cujo histórico institucional foi levantado pela conselheira Kelly  
593 Melatti que foi informada de que o Cfess contribuiu financeiramente com o Fórum de 2014  
594 até 2016 (1000 reais em cada ano), mas que desde a gestão 2017-2020 não houve nenhum  
595 pagamento de anuidade, que ainda em 2017 o Cfess só registrou ofícios com a temática do  
596 Fndca com relação à convites para o Encontro Nacional e, ainda assim, declinando da  
597 participação; que no ano de 2018, por meio do ofício 123/2018 (anexo), informou ao Fndca  
598 que não iria contribuir financeiramente com o pagamento da anuidade, mas, não menciona  
599 nada sobre a saída do Fórum tão somente a importância da transparência e da prestação de  
600 contas; que foi identificada na ata do Conselho Pleno de dezembro de 2017 apenas um  
601 registro no item da comissão de seguridade social: "*A comissão opinou sobre o não*  
602 *pagamento da anuidade ao Fórum de Criança e Adolescente. Aprovado*". Assim, a Comissão  
603 de Seguridade Social opina que se o Pleno acatar a sugestão de retorno ao Fórum que opte  
604 pela quitação de débitos em aberto, pois não foi localizado ofício e nenhum outro registro que  
605 formalizasse a saída, embora o Cfess tenha deliberado sair do espaço e de fato não tenha mais  
606 participado. O Pleno deliberou pelo retorno. Encaminhamento: Enviar ofício ao Fndca com  
607 exposição de motivos justificando o retorno e a disposição do Cfess de construir esse espaço  
608 de resistência (responsável: Zenite); (vi) sobre a Frente Nacional Contra a Privatização da  
609 Saúde - FNCPS foi falada de ações, sendo enfatizado o X Seminário da Frente Nacional  
610 Contra a Privatização da Saúde com o tema: "FNCPS: 10 anos de luta pelo SUS 100%  
611 público, estatal e de qualidade e pela construção de uma outra sociedade", que será nos dias  
612 12, 13, 18 e 19 de março de 2021 no formato virtual, devido ao cenário de pandemia da  
613 Covid-19. As atividades contarão com mesa de análise de conjuntura e mesas temáticas, além  
614 de debates sobre as lutas da FNCPS; (vii) a Frente Nacional em Defesa do Suas realizou  
615 reunião ampliada em 29/01 sobre a conjuntura de retrocessos do Suas e estratégias de ações  
616 conjuntas. Assim, foi indicado que no futuro a Comissão apresentará como ponto a retomada  
617 da discussão sobre a inserção do CFESS na Frente Nacional em Defesa do Suas e relação  
618 política neste campo; (viii) Fórum de Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área da Saúde  
619 – Fentas realizará plenária virtual em 09/02; (ix) Conselho Nacional de Saúde (CNS) foi dito  
620 que foi deliberado calendário 2021 de reuniões da Mesa Diretora; da inserção na Campanha  
621 Abrace a Vacina; da realização de atividade sobre vacinação no Fórum Social Mundial; e das  
622 eleições do CNS no final de 2021, mas que o edital e calendário será debatido em março; (x)  
623 Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS elaborou uma "Carta à sociedade"

624 que aponta a necessidade de manter as medidas preventivas por toda a população neste  
625 momento em que a Campanha Nacional de Vacinação Contra a covid-19 foi iniciada com o  
626 grupo prioritário; (xi) Sobre a organização e planejamento da Comissão foi informada que foi  
627 definido que as reuniões acontecerão às terças-feiras, às 19h, na semana que antecede o Pleno,  
628 assim, foi realizada avaliação positiva sobre o alcance dos objetivos dessa Comissão;  
629 apontada a necessidade de ajustar a divisão de tarefas e incorporar novas representações;  
630 reforçar as estratégias de articulação e discussões com os Cress; proposta pauta de temas a  
631 serem debatidos com a Comunicação; e que cabe elaborar publicações sobre as ações e  
632 atividades do Cfess na Pandemia, em ação inter-comissões e não restrita à Seguridade Social.  
633 Com esse ponto, o Pleno foi encerrado às vinte e duas horas e trinta minutos (22h30min). No  
634 domingo, dia 07/02, às 9h15min o Pleno foi retomado sob a coordenação: Beth Borges, que  
635 informou que seriam tratados pontos da DIRETORIA EXECUTIVA. O primeiro ponto  
636 apresentado foi o resultado do levantamento realizado junto a todas/o conselheiras/o sobre a  
637 possibilidade de oferecer algum tipo de Suporte às Comissões no contexto do Teletrabalho.  
638 Assim, foi apresentada a sistematização das necessidades de suportes materiais para atuação  
639 remota e outras demandas das/do conselheiras/o que desde a posse, em 15/05/2020 se  
640 organizaram para realizar a gestão do Cfess de forma remota durante a pandemia. Como parte  
641 das discussões foi apontado que esse levantamento foi muito importante e que levou à  
642 reflexão das condições para exercer a função de conselheiras/o e também das/os  
643 trabalhadoras/es. Encaminhamentos: 1) Levantamento dos equipamentos existentes no  
644 CFESS, considerando apontamento que alguns estão ultrapassados, com isso, identificar a  
645 necessidade de aquisição de novos materiais e inventariar quais desses equipamentos são  
646 fixos na sede e quais serão móveis, que permite o uso sob guarda com devolução ao Cfess  
647 (responsáveis: Dácia, Fran, Wilson e Lucas/Gleyton); 2) Avaliar a possibilidade de organizar  
648 um “kit teletrabalho” com acessórios de informática para conselheiras/o e trabalhadoras/es  
649 (responsáveis: Dácia, Fran, Wilson e Lucas/Gleyton); 3) Verificar se há possibilidade de  
650 aquisição de uma “nuvem”, onde todas/os possam compartilhar arquivos referentes ao  
651 CFESS/ ou outros dispositivos de memória (responsáveis Dácia, Fran, Wilson/Wescley); 4)  
652 Projetar a produção de banners físicos, para que seja disponibilizado para o trabalho de  
653 conselheiras/o de modo a permitir a identidade visual do Cfess, em caso de participação de  
654 eventos presenciais e à distância (responsáveis: Emilly, Diogo e Rafael); 5) Produção de tela  
655 de fundo com identidade visual e logomarca do Cfess para participação em eventos online  
656 (responsáveis: Emilly, Diogo e Rafael). O ponto seguinte se referiu a Organização da atuação  
657 de conselheiras/o na Gestão por meio de Comissões, grupos de trabalho e representações

658 externas. Foi apontado debate referente ao elevado número de demandas (GTs; Comissões;  
659 Representações) e de remanejamento das/o conselheiras para assegurar qualidade de  
660 participação. Refletiu-se que há necessidade de conciliar as condições das/o conselheiras/o e  
661 as demandas da entidade e de se avaliar as representações (internas/externas) e a participação  
662 nas comissões e Gts. Também quanto a necessidade de se avaliar se, de fato, é necessário que  
663 as reuniões de comissões devam ocorrer no mesmo período do Pleno, por isso, cabe analisar a  
664 dinâmica interna das comissões visando aprimorar o funcionamento. Foi recuperado que para  
665 iniciar a gestão, o grupo se organizou por Comissões e definiu que posteriormente essas  
666 participações seriam avaliadas, sobretudo, porque houve conselheiras que ingressaram em três  
667 comissões. Das avaliações das atuações, alguns remanejamentos foram propostos: 1) COFI:  
668 Saída de Priscila e Emilly; 2) COMUNICAÇÃO: Saída de Dácia; 3) SEGURIDADE  
669 SOCIAL: ampliar as representações externas/de base (próximo debate no Pleno) e pensar no  
670 indicativo de participação no Fórum DCA e no Conanda após eleições; 4) ÉTICA: essa  
671 Comissão é reduzida e foram mantidas todas as integrantes; 4) ADM FIN: foram mantidas  
672 todas as integrantes, mas cumpre registrar que desde o restabelecimento do espaço da  
673 Diretoria Executiva que Beth não integra mais esta Comissão. Encaminhamento: Atualizar  
674 quadro de representações na página do Cfess da Cofi e da Comunicação (responsáveis: Sandra  
675 e Diogo/Rafael). Na sequência, foi iniciado o debate sobre o Documento de Identidade  
676 Profissional (DIP) em que de modo breve foram relatados a situação até o momento,  
677 sobretudo como é algo público, uma série de erros e atrasos na produção que se tornou um  
678 grande problema junto a categoria, assim, urgem providências com o intuito de regularizar a  
679 entrega desse documento, pois atualmente há um passivo a ser resolvido. Sendo apontada a  
680 fragilidade na relação com a IMPLANTA, cujos retornos têm sido insatisfatórios em relação a  
681 efetividade e resolutividade nos encaminhamentos, uma vez que na linha do tempo, os  
682 problemas aumentam em todas os Regionais, logo, urge qualificar essa prestação de serviços.  
683 Também o aumento da insatisfação da categoria em relação ao DIP tem resultado numa  
684 identificação do CFESS como responsável pelas dificuldades em receber o documento e  
685 judicialização como meio para recepção do mesmo com algumas ações que já resultaram em  
686 multas devido a demora na entrega desse documento à/ao profissional. Assim, foram  
687 debatidas algumas possibilidades de tratativas, com o propósito de o Cfess restabelecer a  
688 qualidade do atendimento a categoria, pois o Registro é uma das funções precípuas do  
689 Conselho, assim, serão realizadas uma série de ações com o propósito de resolver a situação

690 do DIP para que deixe de ser um problema para o Conjunto. Encaminhamentos: 1) O GT DIP  
691 encaminhará ações para eliminar os documentos que estão atrasados, pois já se tornou um  
692 passivo, sendo certo que pode resultar em alguns custos para regularizar essa demanda; 2)  
693 Solicitação para a assessoria jurídica de análise dos termos de contrato com a Implanta para  
694 orientar os encaminhamentos possíveis; 3) Avaliação das necessidades relacionadas ao uso de  
695 TI considerando as demandas do Cfess já existentes, mas também as demandas oriundas do  
696 processo de implantação da Gestão Documental e da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD  
697 (responsáveis: Dácia e Kelly). Por último, foi discutida a denúncia encaminhada por email  
698 para o Cfess por um grupo de trabalhadores de um dos Regionais, que aponta questões de  
699 natureza trabalhista; ética e da gestão administrativa, assim, foi avaliada a necessidade de se  
700 adotar encaminhamentos específicos para cada um desses aspectos. Encaminhamento: 1)  
701 Solicitar manifestação jurídica aos três assessores sobre as responsabilidades e competências  
702 do CFESS diante dos fatos relatados e encaminhados (responsável: Beth); 2) responder para o  
703 remetente o recebimento do e-mail (responsável: Beth/Sandra); 3) indicativo de instauração  
704 de Pleno Extraordinário se necessário deliberar encaminhamentos a partir orientação das  
705 assessorias jurídicas (responsável: Beth). Encerrado esse ponto, foi indicado o término da  
706 reunião do Conselho Pleno, com a conselheira presidente Maria Elizabeth Santana Borges  
707 tecendo as considerações finais e, não havendo mais o que tratar, deu a mesma por encerrada  
708 às quinze horas e dez minutos (15h10min) com agradecimento a participação e qualidade dos  
709 debates realizados ao longo da jornada de quatro dias. Nada mais havendo a tratar, na  
710 condição de Secretária, eu, Dácia Cristina Teles Costa, lavrei a presente ata, que assino em  
711 conjunto com a Presidenta do Conselho.

712 Brasília, 07 de fevereiro de 2021.

713  
714  
715

**Maria Elizabeth Santana Borges**  
Presidente

**Dácia Cristina Teles Costa**  
1ª Secretária